

A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UMA COMPREENSÃO DA EFETIVAÇÃO DA LEI 13.935/2019

Brenda da Silva Paula¹
Thamyres Bandoli Tavares Vargas²

RESUMO: O presente artigo apresenta a importância do trabalho do psicólogo no ambiente escolar, descrevendo o histórico da inserção dessa profissão nesse contexto. Além disso, discute sobre o papel do profissional de psicologia nos desafios contemporâneos dos espaços formais de ensino no Brasil, desta maneira, apresentando um campo para mediar o desenvolvimento do ser humano. A metodologia do presente trabalho se dá por meio de uma revisão de literatura narrativa, através de artigos, periódicos e revistas de conteúdo científico, os quais foram acessados através de bases de dados, a saber: *Scientific Electronic Library* (SCIELO), Google Acadêmico e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC). Espera-se que este estudo tenha colaborado com informações que enriqueçam o debate e o estudo sobre os conhecimentos técnicos da psicologia escolar, e seus desafios, especialmente num cenário marcado pela admissão do psicólogo na rede pública de Educação, através da Lei nº 13.935/2019, cooperando com novos saberes para as entidades científicas e profissionais da Psicologia.

Palavras-chave: Psicologia escolar. Atuação do psicólogo. Rede pública.

3795

INTRODUÇÃO

Com os desafios que a escola pública apresenta em seu cotidiano, cada vez mais se faz necessário o auxílio de profissionais qualificados, que entendem a complexidade dos fenômenos que se passam em tal instituição. Além disso, é importante que estes estejam aptos a ouvir com cautela e intervir coletivamente, com o objetivo de alcançar formas de solucionar os conflitos e manejar as demais situações cotidianas.

A escola é um ambiente que apresenta realidades diversas, porém, o seu foco de atuação é na formação produtiva dos seus educandos. Para contribuir com isso, o profissional psicólogo deve atuar como um agente de construção do saber, fomentador de dúvidas e reflexões sobre o fazer pedagógico (Santos *et al.*, 2009).

¹Estudante de psicologia; UniRedentor/Afya.

²Mestra em Ensino; Psicóloga; Universidade Federal Fluminense; Docente do curso de Psicologia UniRedentor/Afya.

Entretanto, as demandas escolares apresentadas aos profissionais de psicologia pelos educadores, por vezes, partem de uma centralidade nos alunos e apresentam uma expectativa de intervenção voltada para psicodiagnóstico ou para atendimento individualizado. Assim, há “problemas” cuja solução acredita-se ser da psicologia (Viana, 2016). Tal fato marca um dissenso entre a expectativa relacionada ao trabalho do Psicólogo e sua efetiva atuação.

Pois, apesar da Psicologia Escolar ter configurado-se, em outrora, à partir de um paradigma acrítico, de avaliação, classificação e normatização, atualmente, segundo Oliveira (2009), há uma busca da Psicologia Escolar por uma atuação que se baseia no crescimento e sucesso dos atores escolares ao invés da ênfase nos problemas e dificuldades. Essa sustentação em parâmetros de sucesso e não de fracasso visa solidificar uma atuação de caráter preventivo e relacional.

A intervenção do psicólogo na escola, a partir de uma visão preventiva, que contemple o atendimento aos alunos, pais e professores, faz-se necessária, visto que o papel do psicólogo escolar é fundamental para que o processo de ensino e aprendizagem seja realizado com sucesso (Santos *et al.*, 2009). Entende-se a grande valia em pesquisar sobre a atuação do psicólogo escolar e demonstrar sua importância, pois, mesmo com a aprovação da Lei 13.935/2019, que garante a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas, a efetivação da mesma ainda ³⁷⁹⁶ não é uma realidade no ensino público de muitos estados brasileiros (Maia; Cassino, 2020).

A Psicologia Escolar se volta à produção de conhecimentos e práticas que podem subsidiar a atuação destes profissionais, e tem como objeto a escola e as relações que nela se desenvolvem; tendo o foco nos sujeitos que se empreendem em práticas educativas: sejam alunos, professores, gestores, famílias, enfim, toda a comunidade escolar. Importa destacar que, tanto a Psicologia Escolar quanto a Educacional são marcadas pela diversidade de abordagens e teorias que constituem a Psicologia enquanto ciência (Antunes, 2008).

Além disso, o psicólogo nas escolas, mesmo não sendo uma temática nova, ganha uma maior importância atualmente, pois sabe-se do aumento da violência e o quanto os problemas da sociedade recaem no contexto escolar, prejudicando o processo de aprendizagem do aluno (Matos *et al.*, 2015).

A questão chave que norteia nossa discussão é: Quais são os impactos da atuação do psicólogo na escola? A hipótese é de que há evidências na literatura que apontam que tal atuação

gera benefícios em toda a comunidade escolar. O objetivo geral da presente pesquisa é compreender o processo de inserção dos psicólogos nas escolas públicas brasileiras e sua importância. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se compreender os desafios e demandas atuais das escolas públicas brasileiras, no que diz respeito à atuação do psicólogo; apresentar a Psicologia Escolar, enquanto especialidade da Psicologia, seus desafios e contribuições; discutir sobre o atual cenário de inserção do psicólogo nas escolas públicas, assim como a Lei 13.935/2019.

METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter qualitativo e natureza descritiva, uma vez que buscou descrever a inserção e atuação do psicólogo escolar no Brasil (Gil 2002). Os dados deste estudo foram obtidos por meio de uma revisão de literatura narrativa, através de artigos, periódicos e revistas de conteúdo científico, os quais foram acessados através de bases de dados, a saber: *Scientific Electronic Library* (SCIELO), Google Acadêmico e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC).

Gerhardt e Silveira (2009), afirmam que a utilização da pesquisa qualitativa busca explicar o porquê de diversos fenômenos, expressando e não quantificando os valores e nem buscando a prova dos fatos, pois os dados analisados não são métricos.

3797

Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, por entender-se que tal perspectiva metodológica é adequada a investigações de grupos e segmentos, de histórias sociais sob a ótica dos autores. Além disso, a referida abordagem é indicada para aprofundar as análises das redes interativas e demandas que constituem os meios educacionais.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1 - Desafios e demandas atuais das escolas públicas brasileiras

Com o passar dos anos, nas escolas públicas brasileiras, vem surgindo cada vez mais desafios. Matos *et al.* (2015) afirmam que a infância e a adolescência são as fases mais vulneráveis do ser humano, ou seja, as fases onde o ser humano está formando seu caráter e sua personalidade, sendo assim, são as fases do desenvolvimento onde a pessoa está mais exposta a fatores que desencadeiam problemas físicos e de saúde mental. Como estes indivíduos estão em fase escolar, muitos problemas são expostos e recaem na escola.

Brasília (2023) frisa que de acordo com o Censo Escolar de 2022 foi constatado que 1,04 milhão de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estavam fora da escola. A educação é considerada obrigatória na faixa etária e cabe ao estado garantir condições para o acesso e permanência na educação básica, assegurando, inclusive, a oferta gratuita para todos os que não tiveram acesso a ela na idade própria.

Castro (2023) ressalta que um dos grandes desafios da educação brasileira é a desvalorização do professor. Sendo assim, a desvalorização dos professores brasileiros e a falta de políticas públicas adequadas para o fortalecimento da profissão docente afetam diretamente a escola. Salas superlotadas, infraestrutura frágil, corpo docente desfalcado, alunos sem estímulo, assim como, os professores desmotivados, são problemas recorrentes nas escolas brasileiras.

Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos (Saviani, 2009)

Cassins (2016) ressalta alguns problemas comuns enfrentados no ambiente escolar como por exemplo: *bullying*, problemas comportamentais e dificuldades de convivência. Em tal³⁷⁹⁸ contexto, pode-se definir o *bullying* como ações negativas, tanto físicas quanto sociais que são realizadas intencionalmente, repetidas vezes, contra uma pessoa que não consegue se defender facilmente.

As vítimas de *bullying* normalmente exibem uma característica diferente, tornando-as alvos de violência. O *bullying* pode envolver agressões físicas, verbais, relacionais e sexuais (Albuquerque; Williams, 2015).

Outros problemas também podem ser encontrado no cotidiano escolar:

Violências entre alunos e professores, baixo rendimento nas avaliações, desvalorização do trabalho docente, discriminação por cor e/ou gênero, evasão escolar, entre outros, são alguns dos fenômenos que persistem no ensino público brasileiro. É importante destacar que esses fenômenos não são derivados apenas dos problemas de cada escola ou região, mas também dos conflitos sociais que historicamente se desenvolvem nesse espaço. Assim, em meio às diversas atribuições dadas às escolas, e num cenário de desvalorização de professores, acompanhado de problemas estruturais, as queixas individuais dos alunos passam despercebidas pela comunidade escolar, por vezes deixadas de lado diante de outras preocupações e demandas (Lohn; Bastos, 2021, p. 2)

Além disso, Becker e Kassouf (2016) frisam que a grande maioria dos jovens manifestam comportamentos violentos na escola, vivenciam situações de violência - inclusive em ambiente escolar - e isso pode acarretar diversas consequências, como por exemplo, problemas de saúde mental e de inserção social.

Desinteresse, desesperança, medo, entre outras questões que são trazidas ou surgem nas escolas, não tem espaço para o devido acolhimento e solução, visto a falta de profissionais capacitados para lidar com tais questões (Lohn; Bastos, 2021).

A homofobia é também um dos problemas que se faz presente no meio escolar de diversas formas, até mesmo como violência simbólica, através de material didático, relação professor-aluno, entre outros (Albuquerque; Williams, 2015).

Tais situações de conflito acarretam problemas na aprendizagem do aluno, além de desestimulá-lo a frequentar a escola. Diante dessa demanda de desafios que a escola pública acarreta, se faz necessário um profissional capacitado para enfrentar esses desafios e auxiliar a comunidade escolar a enfrentar tais demandas da melhor forma possível.

Sendo assim, o Conselho Federal de Psicologia (2019, p.3) orienta que:

A/o psicóloga/o escolar atue na elaboração de projetos e trabalhos que visem a manutenção e a transformação da sociedade, que integre todas/todos envolvidas/os no processo educativo, como as/os educadoras/es, alunas/os, família e comunidade. Ainda sobre a prática da/o psicóloga/o escolar, entende-se que devem atuar junto a equipe interdisciplinar nas questões que envolvem os processos de aprendizagem, participando do cotidiano escolar, assim como no projeto político pedagógico, compreendendo e respeitando as singularidades dos sujeitos, buscando conhecer os aspectos externos e internos, a fim de refletir e mediar sobre as questões que atravessam as subjetividades dos sujeitos, no intuito de contribuir para uma prática pedagógica humanizadora, numa educação crítica frente a questões como: fracasso escolar, evasão e abandono, violências e violações de direitos, racismo, sexismo, etc.

As possibilidades de atuação do psicólogo escolar compõem ainda um tema que suscita vários questionamentos entre os próprios profissionais, em especial aqueles que são interessados em contribuir com o desenvolvimento do processo educativo. Estes questionamentos acontecem em diferentes segmentos do sistema educativo e deles participam, em diferentes graus, gestores, pedagogos e outros especialistas no campo da educação (Martínez, 2010).

2 - Psicologia Escolar, seus desafios e contribuições

De acordo com Patto (1997), a história da psicologia do Brasil transcorreu em três importantes períodos. O primeiro foi de 1906 a 1930, demarcado pelo modelo europeu cujo foco

era as pesquisas laboratoriais sem ingerência na realidade. O segundo período foi de 1930 a 1960, marcado pelos testes psicológicos voltados para diagnósticos. No terceiro período a partir de 1960 é marcado pela postura de adaptação do psicólogo, atribulado em solucionar os problemas de aprendizagem e comportamento.

Em 1970, houve a promulgação da lei nº 5.692, que visou ampliar o sistema educacional no Brasil, onde todos passam a ter direito à educação. Contudo, se por um lado, essa lei garantia que todos poderiam ter acesso às escolas, por outro lado foi possível perceber o aumento significativo no número de alunos, e com isso, foi escancarado a reprodução de desigualdades dentro da educação e os problemas de fracasso escolar (Patias; Gabriel, 2011).

Desde a década de 1980, o trabalho pioneiro de Maria Helena Souza Patto (1984, 1990, 1997) enfatizou críticas ao modelo descontextualizado de atuação de profissionais da Psicologia, voltado em sua maioria, ao atendimento da queixa escolar tratado como fenômeno unilateral, localizando os problemas do fracasso em um dos pólos da relação: ora nos professores, ora nas famílias, e mais frequentemente, nos alunos,

Já nos anos 90 a Psicologia Escolar foi marcada pela criação de associações da área, como exemplo a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE, e a realização de inúmeros eventos científicos fundamentando a importância da psicologia escolar (Souza,³⁸⁰⁰ 2010). Maluf e Cruces (2008) asseveram que a partir da década de 1990, observou-se que a psicologia escolar tolerou inúmeras críticas em relação a atuação clínica, descontextualizada e acrítica do psicólogo, que foram compreendidas como injustas e opressoras. Nessa mesma época foram evidenciadas, que em sua prática, os psicólogos escolares, ao invés de realizarem intervenções objetivando o desenvolvimento dos alunos, detinham-se em processos de avaliação e classificação, o que contribuiu, com o aprofundamento das desigualdades sociais no país.

A Psicologia chegou ao Brasil no início do século XX. No entanto, foi regulamentada como profissão a partir da publicação da Lei nº 4.119, em 27 de agosto de 1962, pelo presidente João Goulart. Em 1971, por meio da Lei nº 5.766, foram criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia – que constituem o Sistema Conselhos de Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022).

A regulamentação da profissão marca, então, o começo de um caminho que possibilita ao psicólogo: utilizar métodos e técnicas psicológicas para a realização do diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica, ensino e supervisão em vários níveis de ensino, atividades em serviços e órgãos públicos, e ainda a solução de problemas de ajustamento (Brasil, 1962).

Segundo Cruces (2003), atualmente, na área escolar convivem, lado a lado, modelos de atuações e práticas extremamente críticas e inovadoras e atuações permeadas pela visão curativa e individualizada, que é denunciada por ser estigmatizada. De acordo com Viana (2016), a partir da década de 90, os estudos procuraram compreender as condições e o preparo necessários ao profissional da Psicologia Escolar e Educacional, e das Políticas Educacionais, de forma a privilegiar uma prática que atenda aos interesses da educação para a cidadania.

Neste contexto, o entrelaçamento entre a psicologia e a educação ofereceu um novo profissional: O Psicólogo Escolar. Tal profissional ainda busca definir-se frente à atuação no contexto escolar, assim, sua práxis está em constante construção (Oliveira; Souza; Rego, 2002).

Viana (2006) ressalta que há uma diferença entre Psicologia Educacional e Psicologia Escolar. A Psicologia Educacional tem como objeto de estudo e de análise as teorias educacionais, relacionadas à educação, já a Psicologia Escolar é mais prática. Educacionais são ³⁸⁰¹ aqueles psicólogos que pensam a educação, voltada para o contexto educativo. A psicologia escolar como campo de atuação profissional, incorpora conhecimentos da psicologia necessários para contribuir com a otimização do processo educativo na instituição escolar nas suas diversas e complexas formas de expressão (Martínez, 2010, p. 110).

Nos dias atuais, apesar das abundantes e disseminadas críticas à visão individualizante que vigorou na área, percebe-se que alguns profissionais ainda persistem em práticas clínicas e explicações maniqueístas seja no âmbito das relações ou do ensino e da aprendizagem e seus resultados (Andrada, *et al.*, 2019). E, considerando a multiplicação dos problemas na escola e a produção de adoecimento psíquico de alunos e professores, conforme demonstram levantamentos divulgados com frequência na mídia, faz necessário uma prática crítica, ética e teoricamente embasada que supere a intervenção clínica, individual e descontextualizada (Guzzo *et al.*, 2010; Souza, 2010; Moysés; Colares, 2013; Andrada; Souza, 2015).

Persiste, então, como desafio da Psicologia Escolar, a proposição e execução de práticas que superem essa visão, tomando a escola como coletivo de sujeitos pensantes que devem se apropriar de suas condições materiais de vida e agir em direção à superação dos problemas que vivenciam. E já estão disponíveis, atualmente, muitas publicações que narram atuações nesta perspectiva, assim como reflexões sobre conceitos que sustentam essas ações (Andrada, *et al.*, 2019, p.4).

O Conselho Federal de Psicologia, acompanhando a orientação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), configura o Psicólogo Escolar e Educacional, conforme abaixo:

Atua no âmbito da educação formal realizando pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e individualmente. Envolve, em sua análise e intervenção, todos os segmentos do sistema educacional que participam do processo de ensino-aprendizagem. Nessa tarefa, considera as características do corpo docente, do currículo, das normas da instituição, do material didático, do corpo discente e demais elementos do sistema. Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de novos procedimentos educacionais (CFP, 2007, p. 18).

Souza (2009) reafirma a necessidade de se buscar no interior da Psicologia pressupostos teórico-metodológicos que analisem criticamente a relação sujeito-escola, cabendo a esta fazer circular na Educação concepções que embasam o entendimento do homem como produto das relações sociais.

3802

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em suas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica (2013), apresenta sugestões de ações a serem desenvolvidas. Aponta, primeiramente, o trabalho a ser realizado com o projeto político-pedagógico da unidade, em sua construção e execução; em segundo, a intervenção no processo de ensino e de aprendizagem; e ainda, atuações na formação de educadores e com grupos de alunos, assim como com a educação inclusiva. O referido documento sugere também que esta(e) profissional deva ter o conhecimento das Políticas Públicas nacionais e regionais, além do contato com Secretarias e outros órgãos que regem a Educação (Andrada, *et al.*, 2019, p.5)

Segundo Trigueiro (2015), na maioria das vezes, a psicologia escolar é compreendida como uma psicologia pertinente ao aluno que não aprende, que apresenta comportamentos inadequados e que tem uma família “desajustada”. Entretanto, a atuação do psicólogo escolar não é centralizada no aluno e sim na instituição como um todo, procurando, deste modo, auxiliar o aluno, e ao mesmo tempo, trabalhar com a escola para que haja um aprimoramento da prática de toda a equipe escolar (Cavalcante; Aquino, 2019).

3 - Atual cenário de inserção do Psicólogo nas escolas públicas, e a Lei 13.935/2019.

Por um longo período, o psicólogo que atuava na escola foi enxergado como um profissional para avaliar e diagnosticar problemas no processo de aprendizagem, utilizando testes psicológicos (Aquino *et al.*, 2015). Mas, com o passar dos anos, foi possível constatar e reafirmar que o trabalho do profissional de psicologia nas escolas vai além disso.

Foram 20 anos de espera da categoria de psicólogos e assistentes sociais para que em 2019, a lei 13.935/2019 fosse finalmente aprovada, o que despertou comoção e felicidade em toda a comunidade de psicólogos. A lei tem uma função importante, que é inserir os psicólogos dentro das escolas outra vez, pois, desde o movimento crítico da década de 1980, era rara a inserção de psicólogos nas escolas e, com a lei, essa realidade pode se transformar para melhor (Bertasso, 2022).

A Psicologia escolar relaciona-se de forma direta com a Psicologia educacional, com a Psicologia clínica, com a Psicologia do desenvolvimento, entre outras áreas. A mesma busca colaborar em torno das necessidades de aprendizagem e psicopedagógicas, atuando junto aos pais e educadores, além de cuidar da saúde mental, das relações existentes no campo escolar e dos aspectos institucionais da escola (Monteiro, 2017).

3803

O psicólogo que atua no ambiente escolar, por vezes, é reconhecido como um profissional que deve atender e tratar clinicamente os alunos, através de processos psicoterapêuticos (Moreno; Loureto, 2018). Tal objetivo é atribuído de forma errônea ao psicólogo escolar.

Os psicólogos escolares têm como objetivo atuar como agentes de mudanças. Dessa forma, sua prática pode estar atrelada à constituição de grupos ou outros dispositivos, junto aos alunos, professores e equipe técnica, com a finalidade de conjeturar de forma crítica sobre a instituição, o processo de ensino e aprendizagem, a relação professor e aluno e as mudanças sociais que afetam diretamente no contexto escolar e etc. (Andaló, 1981).

Com respeito à Psicologia Escolar e Educacional, o que notamos é que os profissionais de Psicologia já possuem mais clareza no que se refere às contraindicações da utilização do modelo clínico dentro da escola. Entretanto, os demais atores da comunidade escolar ainda possuem uma noção superficial sobre as possibilidades de intervenção e sobre o papel deste profissional na mesma (Viana, 2016).

Segundo Novaes (2010), um dos desafios enfrentados pelo psicólogo escolar é a necessidade de lidar com demandas excessivas de resolução de problemas, os quais, na maioria das vezes, estão ligados a diversos fatores que extrapolam seu alcance, o que acaba por fragilizar sua própria atuação, gerando sensação de impotência e fracasso profissional. Os problemas que o psicólogo escolar se depara surgem de inúmeras fontes e por isso não há apenas uma solução para todos. É necessário que o mesmo tenha consciência disso para não sucumbir diante dos desafios (Novaes, 2010).

É comum haver resistência de outros profissionais frente à atuação do psicólogo escolar, o mesmo é considerado elemento persecutório, visto com olhar de quem chega para analisar, investigar e interferir (Novaes, 1970). Psicologia Escolar é aquela onde o psicólogo está na escola para atender as demandas do aluno ou da comunidade escolar, não para realizar atendimento clínico dentro da escola, mas articular aquelas demandas trazidas dentro do contexto escolar (Viana, 2006, p. 134).

A legislação e a constante mobilização nos debates das instituições acadêmicas ou representativas da psicologia, tem encaminhado a temática sobre o protagonismo social como linha norteadora para a ação do profissional de psicologia, e balizador para ações que possam efetivamente contribuir para a emancipação das pessoas e compromisso com a transformação social (Viana, 2016, p. 64).

3804

Com a mobilização da legislação com o passar dos anos, é possível constatar alguns momentos marcantes para a psicologia escolar e educacional:

O Manual de Psicologia Escolar Educacional (CRP-08, 2007) ainda mostra que o Brasil teve como fase inicial da psicologia escolar o ano de 1830, passando por marcos importantes como: i) a publicação da Lei Federal 5.766/71, na década de 70, que trata da criação dos Conselhos de Psicologia; ii) quando a psicologia escolar abandona o enfoque clínico e foca no indivíduo e seus processos de desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, promovendo ações de prevenção à saúde psicológica, na década de 80; iii) fundação da ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional) com a finalidade de buscar o reconhecimento legal do psicólogo nas instituições de ensino, em 1990. E como marco mais recente a Lei Federal nº13.935/2019, que garante a presença de psicólogos (as) nas instituições escolares públicas de educação básica (Martins; Piason, 2022, p. 4).

Com a legislação em foco, não se pode deixar de mencionar o projeto de lei 3688 (2000) do ex-deputado José Carlos Elias, que junto às equipes de profissionais da psicologia e de serviço social, sugeriu atender as/os educandas/os dos ensinos fundamental e médio, com o intuito de contribuir com melhorias no processo de aprendizagem, nas relações entre educandas/os, educadoras/es e a comunidade escolar, além de colocar uma parceria com as/os profissionais do

Sistema Único de Saúde (SUS), caso houvesse necessidade de demanda de atendimentos nesses espaços (Brasil, 2019).

Foi um caminho longo a ser percorrido até a aprovação da lei nº13.935/2019, mas, a mesma foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro em setembro de 2019.

Diante do veto, houve novas articulações e as mobilizações continuaram em todo território brasileiro, entre os meses de setembro a novembro do ano de 2019, junto às/aos profissionais de psicologia, assistência social, comunidade escolar e apoiadores, numa luta histórica. Toda sociedade brasileira se beneficiará da colaboração dessas/es profissionais e da atuação delas/es na educação básica nas escolas públicas no país nos próximos anos, e as mobilizações cessam quando felizmente o veto é derrubado (Freitas; Silveira, 2020, p. 6).

Diante de todos os desafios e incertezas encontrados pelos profissionais de psicologia sobre sua atuação nas escolas públicas, em 2019 foi aprovada a lei nº 13.935 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Em seu artigo 1º frisa:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (Brasil, 2019, s/p).

A lei frisa que o psicólogo não trabalhará sozinho, mas, junto à comunidade escolar e com uma equipe multiprofissional para manejar as questões que se colocam no cotidiano da escola pública e que trazem danos ao processo ensino aprendizagem do aluno.

A aprovação da Lei nº 13.935/2019, após árduo processo de apreciação, o qual envolveu avanços, retrocessos, desmontes e cortes, é consequência de uma intensa mobilização e articulação entre as entidades de psicologia e serviço social. Tais áreas profissionais são fundamentais para o campo da educação pública, e há anos procuram se implantar e atuar no campo educacional nacional. Percebe-se ainda, nessa inserção, o potencial para renovar as possibilidades de inclusão e cumprimento dos direitos humanos nas escolas (Lohn; Bastos, 2021).

O Conselho Federal de Psicologia (2019) sugere algumas atribuições essenciais para caracterizar a atuação da/o psicóloga/o educacional/escolar. Primeiramente, o psicólogo que

atuará no contexto escolar/educacional terá que se especializar no assunto, atribuir um saber específico dentro da psicologia para educação, o que fará com que esse profissional tenha uma visão ampla, crítica e humanizada para os contextos escolares e as singularidades dos sujeitos que integram esses espaços. Desse modo, poderá trabalhar de forma humanizada e empática realizando os questionamentos necessários e procurando investigar e entender as possíveis dimensões que constituem a sociedade a qual fazem parte, ampliando o olhar para além das estruturas físicas que compõem a escola, acessando os espaços que cercam a mesma, e atravessam as micros e macros relações dos sujeitos que pertencem a essa sociedade (CFP, 2019).

Compreende-se que, com a aprovação da Lei 13.935/2019, que prevê em seu cumprimento a contratação dessas/es profissionais em todo território nacional brasileiro, surjam expectativas por parte das pessoas envolvidas no campo da educação, sendo elas ligadas diretamente às instituições de ensino, e como a comunidade escolar, familiares, entre outros (Freitas, 2020).

Para os próximos passos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), solicitaram aos Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social que promovam diálogos junto aos parlamentares dos seus respectivos estados para que apoiem a implementação do financiamento da Lei 13935/ 2019 para a contratação das/os profissionais de psicologia e serviço social (CFP, 2020).

3806

Para essa implementação, vem sendo formuladas novas cartilhas e materiais para instruir e direcionar os profissionais da psicologia a maneira de reconstrução dessa atuação. Bertasso (2022) ressalta que a última minuta da lei 13.935/2019 que foi elaborada pelos Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Assistência Social, denominada “Psicólogas (os) e Assistentes Sociais na rede pública de Educação Básica: Orientações para a regulamentação da Lei 13.935/2019”, material que pode ser visto como uma continuação e complementação da citada lei.

A autora também ressalta que é indispensável a mobilização para que a lei seja regulamentada, por isso é necessário a formulação desse tipo de cartilhas e materiais. É imprescindível também novas pesquisas que acompanhem essa regulamentação, além do movimento dos profissionais e o envolvimento dos estudantes nesse marco histórico.

É necessário se reforçar a luta por uma educação de acesso a todos, pública, laica, presencial, de qualidade, em que os profissionais da psicologia e da assistência social atuem de

forma ético-política, com exercício da sua autonomia profissional e com competência crítica, a fim de promover a emancipação humana (Bertasso, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o psicólogo ainda encontra dificuldade para encontrar seu espaço nas escolas públicas, pois seu papel e sua atuação, por muitas vezes, são confundidos. Reproduz-se, em todos os níveis de escolarização, o despreparo e as dificuldades para que a Psicologia possa ser instrumento de promoção do incremento de educadores e educandos sem políticas públicas para a entrada dos profissionais de Psicologia na rede pública de ensino.

Há inúmeros desafios enfrentados pelos profissionais nas escolas públicas, desafios esses que podem ser com os alunos e também com o próprio corpo docente, principalmente no que diz respeito a, por vezes, conflituosa relação entre as(os) psicólogas(os) escolares e os demais profissionais da educação. Esses conflitos gerados surgem por diversos motivos, um deles é pela cultura imposta pela sociedade, a qual espera que as escolas trabalhem de forma individualizada, e não de maneira multidisciplinar. Porém, com os desafios que vêm surgindo com o passar dos anos, é necessário que a escola trabalhe em conjunto com os profissionais de psicologia para minimizar os danos que possam vir a ser causados por tais desafios no processo ensino 3807 aprendizagem do estudante. Outro problema desafiador para os profissionais de psicologia atuantes nas escolas públicas é a precarização das instituições e das formas de contrato, que por vezes impossibilitam a realização de trabalhos coletivos.

Diante o exposto, aconselha-se que as universidades adaptem os currículos com novas ementas a fim de contemplar os requisitos das leis atuais e com os desafios que vêm surgindo e que o psicólogo poderá encontrar nas escolas públicas brasileiras.

Espera-se que este estudo tenha colaborado com informações que enriqueçam o debate e o estudo sobre os conhecimentos técnicos da psicologia escolar, e seus desafios, especialmente num cenário marcado pela admissão do psicólogo na rede pública de Educação, através da Lei nº 13.935/2019, cooperando com novos saberes para as entidades científicas e profissionais da Psicologia.

REFERÊNCIAS

ANDALÓ, C. S. A. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia, Ciência e Profissão**, São Paulo, vol. 1, n. 1, p. 43-46, dez. 1981.

ANDRADA, Paula Costa de et al. Atuação de psicólogas (os) na escola: enfrentando desafios na proposição de práticas críticas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 39, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/qjCZv6PcbjtT5kckk6YPkpg/abstract/?lang=pt> Acesso em: 22 de maio de 2023.

ANDRADA, Paula Costa de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Corpo e docência: a dança circular como promotora do desenvolvimento da consciência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, p. 359-368, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/TTY4B9q9D5zgGZHJcn6GFTz/abstract/?lang=pt> Acesso em: 25 de maio de 2023.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, p. 469-475, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?lang=pt> Acesso em: 25 de maio de 2023.

AQUINO, Fabíola de Sousa Braz et al. Concepções e práticas de psicólogos escolares junto a docentes de escolas públicas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, p. 71-78, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/NrNqQY5d3c6LzPtc6ZmgYVp/abstract/?lang=pt> Acesso em: 23 de maio de 2023.

3808

BECKER, Kalinca Léia; KASSOUF, Ana Lúcia. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Nova Economia**, v. 26, p. 653-677, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/KCWyd3NJycFWSDxy58z4NZq/abstract/?lang=pt> Acesso em: 28 de maio de 2023.

BERTASSO, Maria Laura Lopes. **Uma análise crítica da Lei nº 13.935/2019 sobre a prestação de serviços de psicologia nas redes públicas de educação básica**. 2022. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2022.

BRASÍLIO, Ana Luiza. Os grandes desafios educacionais do Brasil, a partir do Censo Escolar da Educação Básica 2022. **Carta Capital**, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/os-grandes-desafios-educacionais-do-brasil-a-partir-do-censo-escolar-da-educacao-basica-2022/> Acesso em: 04 de out. de 2023.

CASSINS, A. M. et al., **Manual de Psicologia escolar** – educacional. Curitiba: Gráfica e Editora Unificada, 2016.

CASTRO, Irene Damasceno de. **Desafios dos professores brasileiros na escola e na sociedade atual.** 37f. Trabalho Conclusão de Curso(Graduação). Letras, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2023.

CAVALCANTE, Lorena de Almeida; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Práticas favorecedoras ao contexto escolar: Discutindo formação e atuação de psicólogos escolares. **Psico-USF**, v. 24, p. 119-130, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/QfVbj36QsW37WJhPPk8YwFy/?lang=pt&format=html> Acesso em: 29 de maio de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **CFP: A(o) Psicólogos(os) e a(o) assistentes sociais na rede pública de educação básica:** orientações para regulamentação da Lei 13.935, de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **27 de agosto: Dia Nacional da Psicóloga e do Psicólogo.** 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/27-de-agosto-dia-nacional-da-psicologa-e-do-psicologo/#:~:text=A%20Psicologia%20chegou%20ao%20Brasil,1962%2C%20pelo%20president e%20Jo%20C%20A%20Goulart>. Acesso em: 05 de out. de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Entidades garantem compromisso por financiamento da lei da Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de ensino**, março 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 13/2007.** Que institui o título profissional de especialista em psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais. Brasília: CFP. 2007. 3809

CRUCES, Alacir Villa Valle. Psicologia e educação: nossa história e nossa realidade. **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional**, v. 2, 2003..

DE ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo; DE ALBUQUERQUE WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751492011.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2023.

FREITAS, Ana Maria Ponce. Implementação da lei 13935/2019:(im) possibilidades de atuação das/os psicólogas/os na educação básica. **Psicologia-Pedra Branca**, 2020.

GABRIEL, Maria Reginato; PATIAS, Naiana Dapieve. **Psicologia Escolar/Educacional no Brasil: como era como deve ser.** Portal da Psicologia, publicado em 07 de abr. 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009..

GUZZO, Raquel SL et al. Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 131-141, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fV7MZsGSyvt4V8RkvMYGtb/?format=html> Acesso em: 22 de maio de 2023.

LOHN, L. T.; BASTOS, V. **As percepções de psicólogas escolares sobre os desafios e os conhecimentos técnicos que permeiam a inserção da psicologia na rede pública de educação, por meio da Lei nº 13.935/2019.** 2021.

MAIA, R. F.; CASSINO, L. **CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO AMBIENTE ESCOLAR:** uma revisão bibliográfica, 2020. Disponível em: https://www.faculdadecienciasdavid.com.br/sig/www/openged/ensinoBibliotecaVirtual/o00281_624cb24c1939d_045882_5f22f3061b863_TCC_Rosana.pdf Acesso em 17 de maio de 2023.

MALUF, Maria Regina; CRUCES, Alacir Villa Valle. **Psicologia Escolar na contemporaneidade.** *Boletim Academia Paulista de Psicologia.* Vol. 28, n. 1. 2008.

MARTÍNEZ, A. Mitjans. O psicólogo na construção da proposta pedagógica da escola: áreas de atuação e desafios para a formação. **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação profissional,** p. 105-124, 2010.

MARTÍNEZ, A. Mitjans. O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em Aberto,* Brasília, vol. 23, n. 83, p.39-56, mar. 2010.

MARTINS, Franciele da Rocha Borges; DA SILVA PIASON, Aline. A importância da psicologia no ambiente escolar como promotora do bem-estar emocional da criança—bullying não é brincadeira. **ANAIS DA MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CESUCA- ISSN 2317-5915,** n. 16, p. 870-879, 2022.

MATOS, Cíntia de Araújo. **O desenvolvimento subjetivo do psicólogo escolar: reflexões sobre os processos de atuação e formação profissional.** 2019. 210 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. 3810

MATOS, M. B.; CRUZ, A.C.N; DUMITH, S.C.; DIAS, N. C.; CARRET, R.B. P.; QUEVEDO, L. A.. Eventos estressores na família e indicativos de problemas de saúde mental em crianças com idade escolar. **Ciênc. saúde coletiva,** Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, p. 2157- 2163, Jul. 2015.

MATOS, Mariana Bonati de et al. Eventos estressores na família e indicativos de problemas de saúde mental em crianças com idade escolar. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 20, p. 2157-2163, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/d3vwgtrq5WgymDGt9W9tCH/?lang=pt&format=html> Acesso em: 29 de maio de 2023.

MONTEIRO, M. A. **A atuação do psicólogo escolar na rede pública de ensino de Olinda-PE.** *Psicólogo.* Pernambuco, dezembro, 2017.

MORENO, Soraya Ivon Ramirez; LOURETO, Gleidson Diego Lopes. A Psicologia Escolar nas escolas de Boa Vista (RR): concepções dos professores. **Psicologia Escolar e Educacional,** v. 22, p. 557-564, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/YPQY83cyzQt5zrffGxRK7kD/abstract/?lang=pt> Acesso em 24 de maio de 2023.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Controle e TESTE medicalização da infância. **DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, v. 1, n. 1, p. 11-21, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/desir/Downloads/Dialnet-ControleETESTEMedicalizacaoDaInfancia-5467121.pdf Acesso em: 25 de maio de 2023.

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia Escolar**. Petrópolis: Vozes, 1970.

NOVAES, Maria Helena. **Repensando a Formação e o Exercício Profissional do Psicólogo Escolar na Sociedade Pós-Moderna**. In: ALMEIDA, S. F. C. (Org.). *Psicologia escolar, ética e competências na formação e atuação profissional*. Campinas: Alínea, 2010. cap.6, p. 127- 134.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, dez. 2009.

OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. In: **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Editora Moderna, 2002. Introdução, p. 07-19.

PATTO, M. H. S. (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista diálogo educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SANTOS, E.; BEZERRA, M. S. P.; TADEUCCI. **EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO ESCOLAR. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba, 2009.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 40, jan/abr 2009. p. 143-155

SOUZA, Claudia Silva. **A atuação do psicólogo escolar na rede particular de ensino da cidade de Uberlândia- MG**. 230 f. Tese (Mestrado em Psicologia) -Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17088> Acesso em: 26 de maio de 2023.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 13, p. 179-182, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/wXnm95Rk4KtH9zKwkVDdtfC/?lang=pt> Acesso em: 21 de maio de 2023.

SOUZA, Marilene. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em aberto**, v. 23, n. 83, 2010.

TRIGUEIRO, Emilia Suitberta de Oliveira. A Psicologia Escolar e o estudante de Psicologia: elementos para o debate. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, p. 223-232, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/bPry4YbhdWqvMVX9ncXgzTy/abstract/?lang=pt> Acesso em: 26 de maio de 2023.

VIANA, Meire Nunes. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. **Psicologia Escolar: que fazer é esse**, p. 54-73, 2016.

VIANA, Meire Nunes. **Psicologia, educação e cidadania: um estudo sobre o papel do psicólogo nas Raízes de Cidadania em Fortaleza**. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade na UECE, Fortaleza.